

**CONVENTO DA MADRE DE DEUS DA VERDERENA DO BARREIRO –
*um processo político contra frades miguelistas***

**Texto apresentado no II Congresso de Conventos Franciscanos da Província da
Arrábida, em 28 de novembro de 2024, Barreiro**

por Fernando da Motta



Fig. 1 – O convento da Madre de Deus da Verderena e a sua Cerca, na altura em que já era propriedade da família Araújo/Rebello de Andrade [c. 1880]. Fonte: família Rebello de Andrade.

Introdução

Pretendemos neste artigo, apresentar documentação inédita relativa a um processo jurídico/político instaurado aos frades que estavam no Convento da Verderena quando se verificou a vitória liberal em 1834, com o título de “Conspiração contra o governo de D. Maria II por frades do Convento da Verderena – Lavradio – Concelho do Barreiro” (DGLAB-TT, Processos políticos do reinado de D. Miguel, Feitos Findos, nº 1- nº 16, fls.1-116)

Para tal contextualizamos o espaço e aspetos relevantes do seu processo de Supressão e eventual venda a particulares, até chegar a património municipal.

O espaço

O Convento da Madre de Deus da Verderena chegou a século XIX ainda afastado da vila do Barreiro, apesar de à sua volta terem nascido novas quintas e áreas cultivadas.

Conseguimos caracterizar de forma bastante pormenorizada o Convento e a sua Cerca no estado em que se encontravam em 1834. Tal deve-se ao facto de, nesse ano, ter sido efetuado um Auto de Supressão do Convento que, tal como em outros conventos

portugueses, exigia o inventário de todos os seus pertences, a passagem para o património nacional e, por fim, a sua venda revertendo esse valor para o Erário Público.

Assim, sabemos que o Convento era cercado por uma Cerca murada (já derrubada em alguns dos seus lanços) na qual eram plantados diversos alimentos que serviam para a alimentação dos frades, como centeio semeado que produzia quatro alqueires de sementeira; uma horta com couves, salsa, ervilhas e batatas semeadas, tudo em pequena quantidade; parreiras que estavam umas caídas no chão, e por pendurar, e outras só limpas; e um bocado de vinha que estava pronta de poda e cepa, restando a cava.

Desta atividade e resultado de esmolas, os frades tinham recolhido nas suas dispensas: vinte e um alqueires de feijão branco; vinte e nove alqueires de grão-de-bico; sete alqueires de feijão frade; duas arrobas de arroz; dois almudes e meio de azeite; e vinte almudes de vinho.

Esta Cerca que já fora toda murada de muro de pedra e cal, tinha algumas falhas por ter caído parte deste muro, achando-se substituído por um valado de terra. Na sua área delimitada pela Cerca, o Convento tinha dois poços de boa água, uma pequena fonte e um tanque. Através do mesmo Auto de Supressão sabemos hoje, pela primeira vez, que no centro da mesma Cerca existia uma capela arruinada, que não chegou aos nossos dias e que deveria ser utilizada para os frades arrábidos como ermitério, para poderem meditar em silêncio e isolados.

Mas, como seria o Convento no seu interior? situado a “um oitavo de légua” a sul do Barreiro, tinha quatro fachadas. Na frente para nascente, tinha uma Igreja com três altares, púlpito e coro. Em frente, um adro, ao norte do qual estava uma casa de hospedaria. Tal como hoje, na galilé, um alpendre, ao norte do qual estava uma Capela do Senhor dos Passos e ao sul a porta principal do Convento. Entrando-se por essa porta (hoje fechada) encontrava-se de frente para o visitante a imagem de S. Pedro de Alcântara, junto do confessionário. No final desta passagem está um Claustro quadrado e sobre a direita há uma serventia para a Capela-mor da Igreja. Neste corredor, do lado Norte estava a Sacristia, e do lado do Sul a escada que subia para o Coro¹. No mesmo Claustro, junto da passagem para a Capela-mor, estava a casa do Capítulo. Desta, seguindo para a parte do poente, seguia-se uma divisão de abóboda com duas janelas para o Norte. Junto a esta sala, estava a varanda (que ainda hoje existe) e, no exterior, a porta que permitia o acesso à cerca, através de uma escadaria. Desta sala, pela porta do Sul seguia-se o *de profundis*², e em frente o refeitório e a cozinha. No refeitório estava à cabeceira, um quadro fixo com a pintura do *Banquete Espiritual*.

¹ Hoje, esta passagem está obstruída, seguindo para o coro por uma escada em madeira colocada junto da primitiva entrada do Convento.

² Sala imediatamente antes do refeitório onde os frades limpavam as suas mãos. O lavatório ainda existe nesse local.

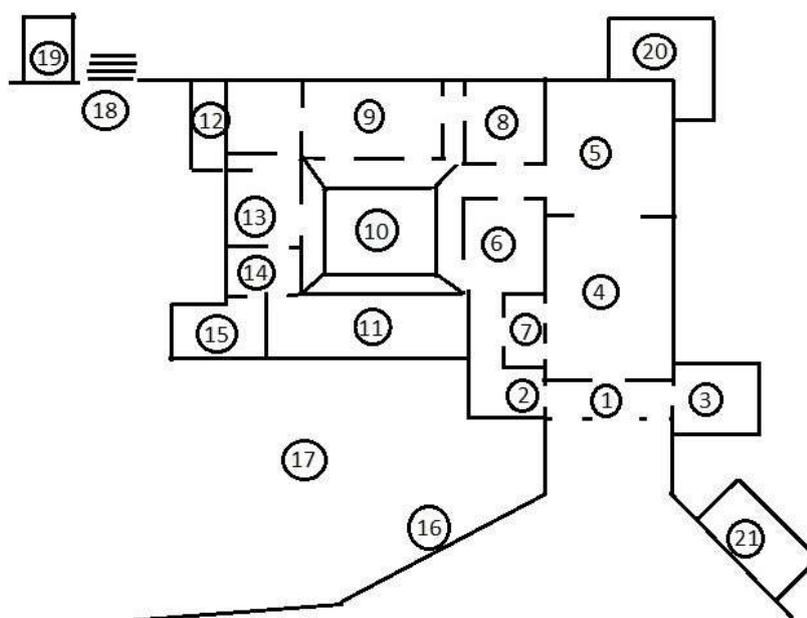


Fig. 2 – 1 – Galilé; 2 – entrada do Convento; 3 – Capela do Senhor dos Passos; 4 - Igreja (parte pública); 5 – Altar-mor da Igreja (área reservada aos frades); 6 – escada para o Coro; 7 – confessionários; 8 – sacristia; 9 – sala do Capítulo; 10 – claustro; 11 – refeitório; 12 – varanda; 13 – escada para os dormitórios do primeiro piso; 14 – “de profundis”; 15 – cozinha; 16 – Cerca do Convento; 17 – horta; 18 – portão para Cerca poente; 19 – nora; 20 – “mãe-de-água” do Convento; 21 – Casa da Hospedaria.

Ao Norte do *de profundis* estava outra escada que dava serventia aos seus dormitórios no primeiro piso (hoje a zona de biblioteca), os quais eram quatro, e compreendiam dezassete celas.

Os dormitórios ocupavam todo o piso superior do Convento, tendo no século XIX a parte nascente sido demolida para a construção de um terraço panorâmico. O dormitório situado do lado nascente, tinha a Casa da Livraria (que continha 499 livros, a maioria de antigos sermões, dispostos em 4 estantes) e a chamada Casa das Barbas (onde se cortavam os cabelos e as barbas dos frades e servia também de enfermaria). Neste dormitório, estava uma casa com um relógio da torre³, que tinha dois sinos, um para as horas e outro de tocar ao coro. No Convento existiam mais três sinos pequenos: um da portaria principal, outro da sacristia, e outro do refeitório. No geral, o Convento apresentava-se já então arruinado, exceto os telhados que tinham sido todos consertados de novo, em 1833.

³ Esta “casa do relógio” foi demolida na década de 1830 quando o relógio foi transferido para a fachada da igreja de Santa Cruz, do Barreiro, em 1837. Esse espaço foi recuperado nas obras de 1995, assim como a torre sineira que lhe estava por cima.

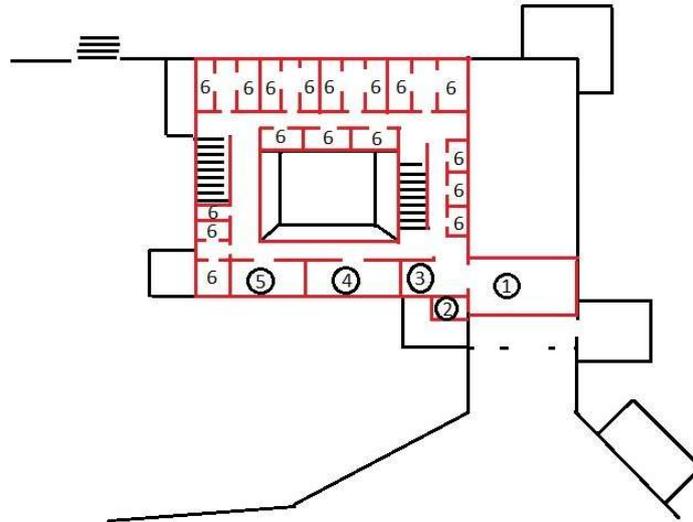


Fig. 3 – Proposta de disposição das salas no piso superior do Convento: 1 – Coro; 2 – casa do relógio; 3 – passagem para o Coro; 4 – “casa das barbas”; 5 – livraria; 6 – celas, num total de 17.

No ano do seu encerramento, era administrador do património deste Convento José Bento Pereira de Azambuja, descendente de D. Francisca de Azambuja, o qual era obrigado a dar à Comunidade deste Convento, semanalmente, 40 arráteis de carne; um alqueire de pão cozido cada ano; três cântaros de azeite para as lâmpadas; um porco de três arrobas, pelo Natal; e um carneiro, pela Páscoa, cada um ano. No dia dos Finados, dois alqueires de pão cozido e seis canadas de vinho, doze mil réis em dinheiro para a Sacristia e as obras que fossem necessárias no Convento, para a sua conservação.

O Convento tinha ainda pelo rendimento da Capela instituída pelo Padre António Pires de Azambuja, administrada pela Irmandade do Santíssimo do Barreiro, três cântaros de azeite, para a lâmpada do Santíssimo (só nos anos da safra do azeite), que por sentença da Provedoria se achava julgado dever-se pagar ano sim, ano não.

A Câmara da Vila de Alhos Vedros tinha também a obrigação de oferecer dezasseis arráteis de vaca semanalmente, exceto na Quaresma e Advento. Por fim, pelo Cofre do Concelho do Barreiro, tinha direito a um porco de quatro arrobas pelo Natal e um carneiro de uma arroba pela Páscoa. Estas duas últimas esmolas eram dadas por Provisão Régia.

A Revolução Liberal e a perseguição aos frades miguelistas

Tal como os outros países, num continente agitado por várias rebeliões, também Portugal oitocentista não ficou imune ao novo movimento político e ideológico francês, cuja filosofia se estabelecia em redor da ideia de liberdade, igualdade e fraternidade, na qual, para os liberais, a sociedade devia assentar. Outro dos ideais desta nova sociedade que nascia, baseava-se na ciência e no refinamento da razão para compreender o

mundo. De facto, tal como nos lembra hoje Steven Pinker, há época, a Revolução Científica foi revolucionária de um modo que, nos nossos dias, é difícil apreciarmos, pois, as suas descobertas são para nós, dados adquiridos.

Tolerância, racionalismo, colocação do indivíduo à frente dos interesses da sociedade, valorização da discussão como meio para alcançar a verdade, eram algumas das características que norteavam aqueles que defendiam a nova filosofia de regime. Se hoje os princípios do Iluminismo, segundo o qual podemos aplicar a razão e a compaixão para potenciar o aperfeiçoamento humano pode parecer, hoje, óbvio, banal e antiquado, no Portugal da década de 20 de oitocentos eram revolucionários. De facto, quando Emmanuel Kant, em 1784 definia o Iluminismo como a “libertação da Humanidade à sua submissão da autoridade religiosa” colocou a Igreja Católica e os seus mais conservadores da sociedade em alerta.

A relação entre a sociedade e a religião estava a mudar, tal como aumentava a tensão entre o liberalismo e os institutos religiosos. As ordens e congregações religiosas passaram a ser vistas como perturbadoras da ordem e, de acordo com os padrões liberais, esvaziadas de sentido social. Não controladas pela autoridade episcopal nacional, para além de poderem ser encaradas como um Estado dentro do Estado, não eram produtivas e estimulavam a atitude de esmoler - o que constituía mau exemplo em relação ao trabalho tornado valor do homem livre - viviam o celibato - atitude contrária à família e realização natural do indivíduo - e a obediência era tida como um voto religioso - o ideal liberal transferia a natureza das relações sociais da dimensão de súbdito para a de cidadão, indivíduo parte da nação.

Não foi assim sem surpresa que nas primeira Cortes “vintistas” fosse aprovada a Carta de Lei de 24 de outubro de 1822, que extinguiu os Priorados Mores das três ordens militares (Cristo, S. Bento de Avis e S. Tiago de Espada), aplicava os seus rendimentos nas despesas do Estado e reduzia os conventos regulares de ambos os sexos.

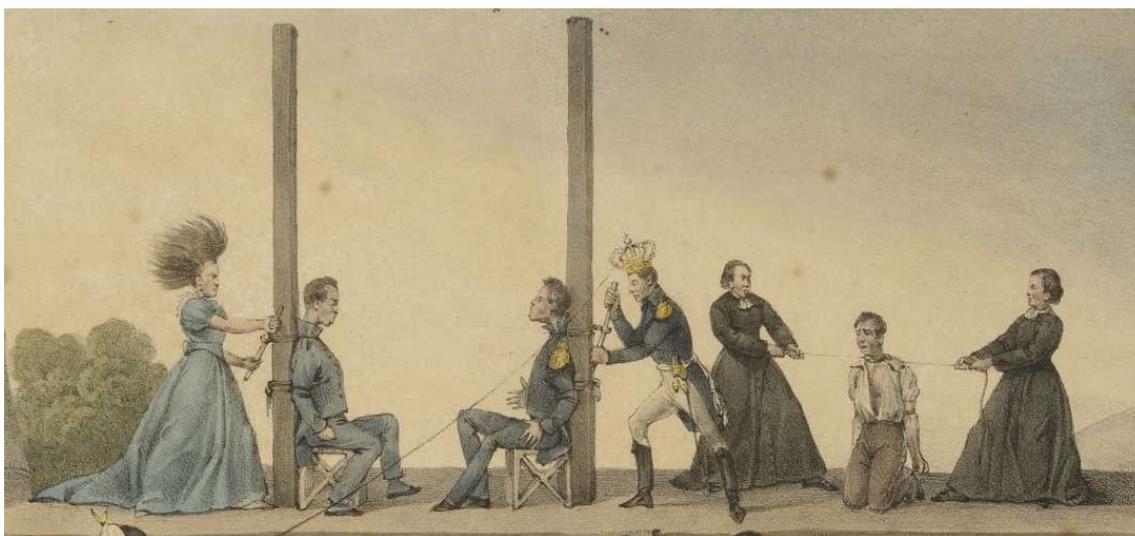


Fig. 4 – Pormenor de gravura de 1830, representando a rainha Carlota Joaquina (com uma peruca de penas brasileira) e o seu filho D. Miguel a aplicarem o garrote a dois liberais. Ao lado, dois clérigos seguram o próximo supliciado. Fonte: Palácio Nacional de Sintra – Parques de Sintra/Monte da Lua.

A primeira ameaça do retrocesso político que se adivinhava, deu-se com a revolta do infante D. Miguel em 27 de maio de 1823, naquilo que ficou conhecido como a “Vila Francada”. D. Miguel, apoiando-se no descontentamento das classes privilegiadas e da Igreja Católica corou-se rei absoluto em 1828. Estava iniciado o percurso que levaria, quatro anos depois, à deflagração da Guerra Civil Portuguesa entre absolutistas e liberais.

Para as antigas elites locais do Barreiro, o período de instabilidade política que adveio da Revolução Liberal de 1820 e que apenas terminou com os acordos de Évora-Monte em 1834 foi decisivo para a sua “sobrevivência” e de duas das suas principais famílias – os Costa e os Casal – que haviam de sobreviver a essa instabilidade. A Guerra Civil entre “Constitucionais” e “Absolutistas” originou uma cisão entre as elites do Antigo Regime e as novas, que emergiam do regime liberal.

São poucos os documentos que caracterizam o Barreiro e a sua região durante a Guerra Civil, tendo sobrevivido na maioria, documentação produzida pelo lado “liberal”. Sabemos assim, através da correspondência trocada em 1833 entre António Moreira Leite Cabral, Juiz de Fora do Barreiro e da Moita e Agostinho José Freire⁴, que o primeiro estava fortemente empenhado na organização militar contra os “rebeldes”, enviando espiões a Benavente, Fonte da Barroca e Coruche para conhecer as movimentações das tropas inimigas e organizando milícias, como em Alhos Vedros, “(...) que constavam de 50 e tantos homens a cavalo, embora mal-armados em razão da falta de armamento, embora decididos” [Arquivo Histórico Militar – Divisões. Lutas Liberais 1826-1834, Cx. 240, doc.34, 25.8.1833].

À atuação das forças liberais já estacionadas na Moita e Aldeia Galega em agosto de 1833, opunha-se a elite municipal do Barreiro e os seus chefes de milícia. De facto, o seu capitão de Ordenanças era Francisco Alves Casal⁵ (filho de Francisco Alvares Casal⁶, que fora também nomeado comandante da “cavalaria das cinco vilas, da Moita e anexas: Barreiro, Lavradio, Alhos Vedros e Coina”, sendo encarregue da defesa da Península do Sul, o general Manuel de Almeida e Vasconcelos⁷), miguelista que, apesar de estar

⁴ Agostinho José Freire (Évora, 28 de agosto de 1780 — Lisboa, 4 de novembro de 1836) era oficial do exército liberal, maçom e ligado por via familiar ao Barreiro, já que era casado com Maria Clara Braamcamp de Almeida Castelo Branco, sobrinha do 1º conde do Sobral, proprietário da quinta Braamcamp.

⁵ Segundo as pautas de eleição de 1831, Francisco Alves Casal Júnior de 24 anos, filho de Francisco Alvares Casal “era das principais pessoas desta vila, vive em companhia de seu pai com sentimentos Realistas e de decidido amor por d'El-Rei nosso Senhor [D. Miguel].” Fonte: DGLAB – Torre do Tombo: Desembargo do Paço. Corte, Estremadura e Ilhas. Maço 1677, n.º 8.

⁶ Segundo as pautas de eleição municipais do Barreiro de 1828, Francisco Alvares Casal de 68 anos era considerado “uma das principais pessoas desta vila servindo sempre na governança com intensa firmeza de caráter, zeloso pela boa ordem e sossego e a sua conduta é exemplar, merecendo por isso a confiança pública. É decididamente afeto à Causa d'El-Rei nosso Senhor [D. Miguel].” Fonte: DGLAB – Torre do Tombo: Desembargo do Paço. Corte, Estremadura e Ilhas. Maço 1681, n.º 29

⁷ Manuel de Almeida e Vasconcelos (1784-1832), segundo Visconde da Lapa, nasceu em Luanda, Angola, a 2 de outubro de 1784, na época em que seu pai iniciava funções como Governador. Ao longo da vida, veio a exercer cargos importantes no Reino. Foi Vedor da Casa Real, Conselheiro do Conselho Ultramarino e teve responsabilidades diplomáticas: ocupou o cargo de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na Rússia entre 1819 e 1821 e no final de 1822 foi nomeado pelo Rei D. João VI para celebrar um tratado de comércio com os Estados Unidos da América. Depois da morte de D. João VI, foi

encarregue de organizar no Barreiro uma força de defesa, fugira entretanto da vila, deixando fechados na sua casa armamento e munições que lhe haviam sido entregues pelo Juiz de Fora [Arquivo Histórico Militar – Divisões, Lutas Liberais 1826-1834, Cx. 240, doc.31, 6.9.1833]. Durante o reinado de D. Miguel criou-se no Barreiro uma Companhia de paisanos, denominados da “chuçadeira”, por os seus alistados terem por arma um “chuço”, uma comprida haste de pau que terminava na parte superior com uma choupa de ferro, aguçada em ponta. Desta Companhia, para o qual o recrutamento era feito com rigor, foram capitães João Dias Correia e Francisco Alves Casal, utilizando como campo de manobras o largo do Rosário, onde iam todos dias fazer exercício (Pimenta 1886, 22).



Fig. 5 – Trono real atribuído a D. Miguel. Madeira dourada, encimada pelas Armas Reais de Portugal, estufado e veludo de carmesim. Fonte: IAN/TT, Casa Forte

A família Casal, que tinha enorme influência política local durante o Antigo Regime, conseguiu mantê-la até à Regeneração, apesar dos seus membros serem partidários da causa absolutista. Atesta-o a eleição de membros desta família para cargos municipais, para Irmandades e Misericórdia. Como muitas famílias com interesses no poder local, a sua sobrevivência política era prioritária e “virar as casacas” fez parte dessa estratégia. Uma dessas evidências verificou-se quando, na iminência da vitória liberal, em 21 julho de 1834, tendo constado no Barreiro que havia passado, próximo ao rio Judeu, no Seixal, o conde de Vila Flor (depois duque da Terceira), com as tropas liberais e que a população do Barreiro viera para as ruas, dando vivas a D. Pedro e morras a D. Miguel, a família Casal rapidamente assume o partido liberal. O patriarca Francisco Alvares Casal fê-lo publicamente, prendendo o oficial da Armada miguelista e os seus marinheiros que haviam aportado à praia no dia seguinte, como “comandante de cavalaria da vila” (Pimenta 1886, 23).

Par do Reino em 1826 sob a vigência da Carta Constitucional. No reinado de D. Miguel, foi nomeado Censor Régio a 4 de novembro de 1828 (fonte: Luís Henriques e Maria de Lurdes Rosa, 2016. “O Arquivo da Casa da Lapa (1804-1832) e os seus inventários: gestão dos bens e memória dos antepassados”, in: Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra, XXIX [2016], pp. 89-132).

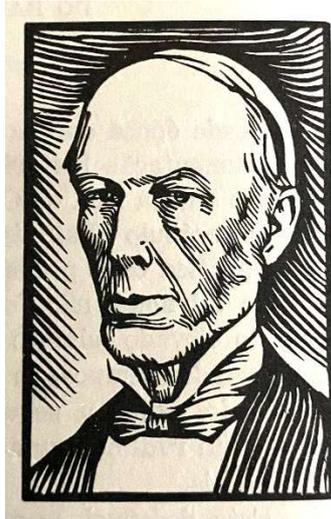


Fig. 6 - Francisco Alves Casal (1805-1881) segundo xilogravura de Manuel dos Santos Cabanas, executada a partir de fotografia. Fonte: Armando da Silva Pais, *O Barreiro Antigo e Moderno*, 1963, pp. 152.

Décadas mais tarde, já depois de ter sido eleito para as vereações nos biénios de 1858-1859, 1870-1871 e 1872-1873, Francisco Alves Casal na preparação das eleições de 1878 acabou por ser alvo de um artigo publicado na imprensa lisboeta que lembrou o interesse pessoal como a única razão da presença desta família na política local barreirense:

“No tempo de D. Miguel, Francisco Alves Casal fez uma justificação publica para provar os seus bons sentimentos realistas, e obteve assim o posto de capitão de ordenanças; mais tarde foi comandante de uma companhia de constitucionais; depois foi pela sua ordem, façanhudo setembrista, exaltado cabralista, acérrimo patuleia, regenerador, depois voltou as costas ao conselheiro Joaquim António de Aguiar⁸ e fez-se assanhado histórico, promovendo grandes festejos quando se realizou a restauração deste concelho; hoje diz-se regenerador, amanhã, se for preciso diz-se republicano; em vista destes factos, deve-se perguntar, o que é, o que foi, e será o sr. Francisco Alves Casal?” [Diário Popular, 4.3.1878].

Em resultado deste artigo Francisco Alves Casal afastou-se definitivamente da política.

Durante o período da Guerra Civil portuguesa e, provavelmente, em resultado do ideal iluminista e maçónico que guiava a maioria dos dirigentes liberais, não foi sem surpresa que as ameaçadas Ordens Religiosas estivessem ao lado do rei absolutista D. Miguel.

Também sabemos que as igrejas do Barreiro e o Convento da Madre de Deus da Verderena, em particular, foram locais de reunião e de propaganda dos ideais absolutistas.

⁸ Joaquim António de Aguiar (Coimbra, 24 de agosto de 1792 – Lavradio, 26 de maio de 1874) foi um político e maçom português do tempo da Monarquia Constitucional e importante líder dos cartistas e mais tarde do Partido Regenerador.

Com a derrota das forças miguelistas, em particular, a partir da queda de Lisboa (24 de julho de 1833) e das localidades a sul do Tejo (março de 1833) o Estado Liberal, ainda antes da capitulação de D. Miguel em Évora-Monte (26 de maio de 1834), agiu sobre personalidades ou entidades que tinham atentado contra o seu Governo.

Assim, a 14 de março de 1834 foi instaurado um processo por crimes políticos aos frades do Convento da Madre de Deus da Verderena (que eram, na altura, provenientes do Convento de Jesus de Lisboa⁹, enviados para o deserto Convento da Verderena, em resultado do início do processo de supressão das ordens religiosas¹⁰).

Com o título de “Conspiração contra o governo de D. Maria II por frades do Convento da Verderena – Lavradio – Concelho do Barreiro”, (DGLAB-TT, Processos políticos do reinado de D. Miguel, Feitos Findos, nº 1- nº 16, fls.1-116), este processo, presidido pelo Juiz de Fora da Moita (que também o era do Barreiro), identificava como réus os frades¹¹:

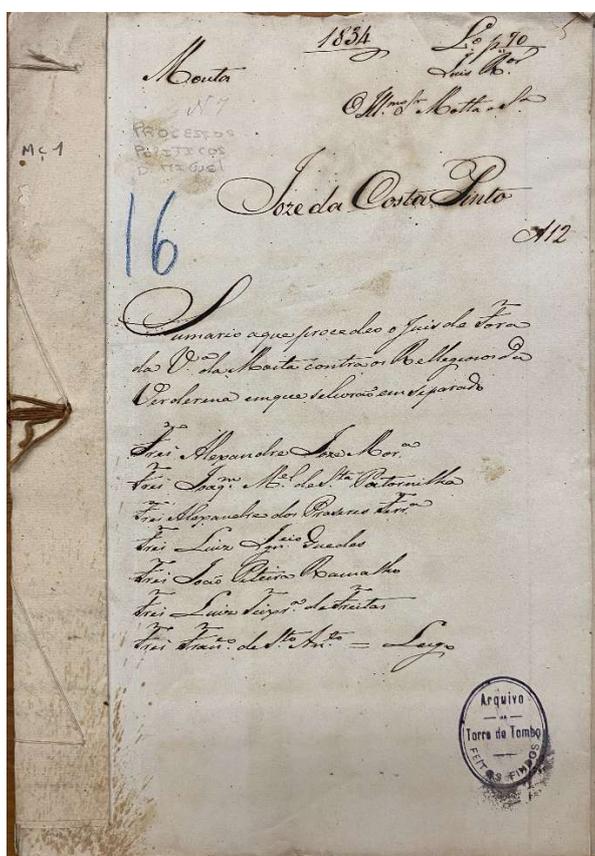


Fig. 7 – Folha de rosto do processo de Conspiração contra o governo de D. Maria II por frades do Convento da Verderena – Lavradio – Concelho do Barreiro”, (DGLAB-TT, Processos políticos do reinado de D. Miguel, Feitos Findos, nº 1- nº 16, fls.1-116)

⁹ Foi no antigo Convento de Jesus em Lisboa que, em 1834, foi instalada a Academia de Ciências de Lisboa.

¹⁰ Os arrábidos da Verderena tinham sido deslocados para o Convento de Palhais, por Portaria de 20 de outubro de 1833.

¹¹ Com o fim das ordens religiosas os frades eram designados pelo nome de batismo, já que passou a ser proibido usarem o seu nome de frade (por exemplo, o nome frei Pedro de Santa Escolástica deveria ser referido como frei Pedro Maria da Costa).

Frei Alexandre José Moreira, ministro do Convento, de 37 anos, filho de Francisco José Moreira e Maria dos Santos, natural da Aldeia do Prado, Moncorvo.

Frei Joaquim Manuel de Santo Petronilho, Presbítero Regular de 59 anos, filho de Teodoro Fernandes Ferreira e de Rosa Maria, natural de Vila Nova de Foz Côa, Trancoso.

Frei Alexandre dos Prazeres Ferreira, Presbítero Regular de 62 anos, filho de José Ferreira e de Ana Rosa Angélica, natural de Rio de Moinhos, Penafiel.

Frei Luís Inácio Guedes, Presbítero Regular de 32 anos, filho de Manuel Joaquim Carneiro e de Maria Firedes, natural de Lobrigas, Vila Real.

Frei Luís Teixeira de Freitas, Presbítero Regular de 27 anos, filho de Manuel Teixeira de Freitas e de Angélica Teresa, natural de Vale de Mendes, Vila Real.

Frei João Piteira Ramalho, Presbítero Regular de 56 anos, filho de Francisco Piteira Carvalho e de Mariana Antónia, natural de Évora.

Frei Francisco de Santo António (leigo) responsável pelo refeitório e despenseiro, filho de Caetano José de Sequeira e Maria Pinto, natural de Vale de Lagoa, Moncorvo.

Era ainda identificado como réu o sapateiro, José Dias, residente no Lavradio¹² e o carpinteiro António, de Santo António da Charneca¹³, que apesar de tudo não foram presos.

À data da instrução do processo, todos os frades estavam presos na cadeia do Aljube, à exceção do padre Frei José Carvalho Ribeiro, que fora colocado em liberdade.

Este processo tivera como principal causa acontecimentos que sucederam quando as tropas de D. Miguel entraram na Moita, em fevereiro de 1833. Para tal, foram arroladas testemunhas para que pudessem dar a conhecer os factos sucedidos. A primeira foi José Teixeira, de 41 anos, carreiro, morador no Lavradio. Sob juramento referiu que “no dia vinte e cinco de fevereiro tendo os Rebeldes [partidários de D. Miguel] entrado no dia antecedente, vinte e quatro na vila da Moita, ali na dita vila do Lavradio se proferiram expressões contra o legítimo Governo, ameaçando-se os fiéis Súbditos da Rainha, e dizendo-se que brevemente havia de haver outra justiça nova e que os marotos dos Constitucionais já fugiram, mas que haviam de pagar”. Os autores destas expressões tinham sido os réus António e José Dias.

Suspeitava-se ainda de reuniões entre apoiantes de D. Miguel e frades numa quinta do Lavradio e no Convento da Verderena. Para tal contribuíram os depoimentos das testemunhas como Manuel Joaquim, caseiro na Quinta de Jerónimo Galvão de Moura, de quarenta e oito anos, que afirmou que “os frades da Verderena se reuniam muitas

¹² A freguesia e vila do Lavradio fazia parte do concelho do Barreiro e o Convento inseria-se na sua área administrativa.

¹³ Pequena localidade rural a sul do Convento, fazia parte da freguesia de Palhais, concelho de Alhos Vedros. É hoje freguesia do concelho do Barreiro.

vezes na Quinta de José Dias, homem muito desafeto ao Legítimo Governo” e que ouvira dizer que se “fizera uma matança em regozijo dos Rebeldes terem entrado na vila do Moita”. Da mesma opinião eram outras testemunhas como Manuel Rodrigues dos Santos, fazendeiro, morador no Lavradio, com cinquenta e quatro anos; António José Nunes, boticário de quarenta anos; Herculano Malaquias da Silveira, de quarenta anos, morador no Lavradio; Maria dos Passos, viúva, de cinquenta anos, moradora no Lavradio; Manuel Teixeira, casado de vinte e cinco anos, carreiro, morador no Barreiro; Manuel dos Santos da Costa, casado de trinta e um anos, rendeiro do moinho da Verderena, morador no Barreiro; José Dias, viúvo de setenta e um anos, morador na sua quinta; Cláudio António, solteiro de dezoito anos, trabalhador, morador no Barreiro; Joaquim Manuel Roxato, casado, de trinta anos, moleiro, morador no Barreiro; António Cândido Lobato, solteiro com quarenta anos, cirurgião da câmara, morador no Barreiro; José Teixeira, solteiro de trinta anos, sapateiro morador no Barreiro; José do Espírito Santo¹⁴, casado de vinte e oito anos, sapateiro, morador no Barreiro; e António Coutinho, solteiro de vinte anos, trabalhador e morador no Lavradio.

Algumas das testemunhas referiram nos seus depoimentos alguns pormenores sobre a participação dos frades do Convento da Verderena na Guerra Civil, como António José Nunes que dizia “serem os frades reconhecidamente desafetos ao atual Governo, tanto que quatro deles fugiram para os Rebeldes. Um dos quais teve o desaforo de tocar “O Rei Chegou”¹⁵ no órgão de Nossa Senhora do Rosário desta vila” (fonte citada, fl. 20).

Outra testemunha, Manuel dos Santos Costa¹⁶, referiu que os frades iam ao seu moinho, falar com os seus moleiros para “argumentar contra o atual Governo” e que ele proibiu que consentissem a entrada de frades no moinho, além de que “não queria que as mulheres com quem os frades se iam divertir, fossem buscar água ao Convento” (fonte citada, fl. 26).

Por sua vez, José do Espírito Santo, sapateiro no Barreiro, afirmava no seu testemunho ser o sapateiro dos frades, fazendo-lhes o calçado. Referiu ele que, uma vez, indo ao Convento levar sapatos “lá encontrara o António sapateiro, do Lavradio, à roda do qual estavam os frades conversando e que quatro dos mesmos fugiram para os Miguelistas,

¹⁴ José do Espírito Santo, não refere, mas além de sapateiro dos frades, com loja na rua de Palhais no Barreiro, era também o andador da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, cargo a que sucedeu a seu pai. Casado com Maria Joaquina, teve 9 filhos. Um deles seria assassinado em 1900 num crime violentíssimo que abalou a localidade. Foi injustamente acusado desse crime um neto de José do Espírito Santo e sobrinho do assassinado: João Batista Firmino, fervoroso republicano local.

¹⁵ Hino Miguelista, de fervor absolutista e antimaçónico.

¹⁶ Manuel dos Santos da Costa era rendeiro do moinho de maré da Verderena. Casado com Francisca do Rosário fazia parte de uma família que ao longo do século XIX seriam os principais caciques políticos locais, em especial, depois da vitória liberal. No entanto, refira-se que desde 1816, a Capela instituída por Dona Francisca de Azambuja, administrada depois pela Misericórdia do Barreiro, e recomeçada posteriormente por José Bento de Azambuja, os bens pertencentes à dita Capela estavam sequestrados pelo Juízo da Provedoria de Setúbal, e por este Juízo administrados, por aquele não cumprir com os encargos sobreditos. Quem ficara localmente responsável pela cobrança das rendas fora o seu pai, Luís da Costa, auxiliado pelo seu filho frei Pedro de Santa Escolástica ou frei Pedro Maria da Costa (e irmão de Manuel dos Santos da Costa). Numa família numerosa e cheia de contradições, o seu neto, também Manuel dos Santos da Costa, seria o primeiro candidato republicano a concorrer a eleições locais no Barreiro, em 1881.

o que prova o mau espírito de que eram dotados”. Afirmou igualmente que “os mesmos frades muitas vezes lhe diziam que só por degredo os mandavam para ali” (fonte citada, fl. 35).

Para aumentar ainda mais as suspeitas de ligação aos Miguelistas, algumas testemunhas referiram ainda que, passados dois dias da entrada das tropas de D. Miguel na Moita, oito homens a cavalo e armados, desse exército, vindos da estrada que ligava a Telha ao Convento [ou seja, de Sul] tinham descansado os seus cavalos, que comiam centeio na Quinta de S. Marcos, bem perto do Convento.

Às acusações recolhidas em depoimento dos habitantes do concelho, seguiu-se o interrogatório no dia 13 de março de 1834 aos frades encarcerados no Aljube (estavam presos desde dia 6), para que confessassem as suspeitas conhecidas e fornecessem o paradeiro dos seus irmãos em fuga, designadamente Frei José Pedro do Patrocínio Monteiro, ex-Geral; Frei Manuel José Oliveira, mestre de cerimónias, ambos sacerdotes; e Frei António de Araújo e Frei Francisco Salles, não sacerdotes, mas coristas, cuja fuga ocorrera no dia 1 de março desse ano. A essas acusações a maioria dos frades escusou-se a qualquer envolvimento, presença em reuniões conspirativas no Convento ou em casas de particulares, além de que, desconheciam o motivo da fuga dos outros frades.

Contudo, o testemunho de dois dos frades veio contradizer os restantes.

De facto, Frei Alexandre dos Prazeres Ferreira admitiu que “ouvira vagamente dizer que os dois coristas fugidos tinham caído no desacordo de fazerem no Barreiro a sua despedida para irem para o Partido Rebelde e que o padre Frei Manuel de Oliveira, que era capelão na Igreja de Nossa Senhora do Rosário do Barreiro, tinha tocado em certa ocasião o Hino Realista na dita igreja, mas que ele não acreditara em tais ditos por lhe parecerem inverosímeis atendendo a que os não supunha tão loucos que tal houvessem feito, mas que agora lhe parece que talvez as consciências dos mesmos os obrigasse a darem tal passo” (fonte citada, fl. 73).

Também, Frei Luís Inácio Guedes contradisse os seus irmãos ao afirmar que um dos principais conspiradores – António Sapateiro – “ia com mais frequência ao Convento” e que “tinha intimidade com o leigo Frei Francisco de Santo António com o fim, segundo se dizia geralmente, de levar e trazer notícias políticas e que era certo que o dito leigo era reputado como desafeto ao Legítimo Governo” e a favor do da Usurpação, acontecendo atacar este ou insultar algumas vezes ao Respondente¹⁷, como por exemplo, quando voltou com baixa, dizendo-lhe que ele vinha de servir ao Diabo (aludindo ao Senhor Dom Pedro, a quem chamava impio e falso de religião, etc.)”.

Com o Convento ocupado pelos frades do Convento de Jesus, nos últimos dias da sua existência como local religioso, podemos questionar aonde estavam os frades arrábidos. Apesar de não terem sido presos, tinham sido mandados reunir à Comunidade do Convento de N^ª S^ª dos Prazeres, do lugar de Palhais, em outubro de 1833, mas rapidamente e com medo de represálias, tinham fugido. Eram eles:

¹⁷ Respondente - o Frade que está a ser interrogado.

Fr. António da Graça - Guardião;

Fr. António do Coração de Jesus¹⁸ - Pregador;

Fr. Emílio - Corista;

Fr. Raimundo – Leigo

Através de uma outra fonte, mais tardia, mas testemunha destes acontecimentos, podemos hoje saber onde estavam estes frades franciscanos da Verderena.

Essa fonte é António Maria Oliveira Parreira¹⁹, que em 1892 num conto intitulado “Quadros da minha terra – Fidalgos e Frades” descreve acontecimentos sucedidos em Coina, Arrábida e Azeitão, em 1834, depois da Convenção de Évora-Monte.

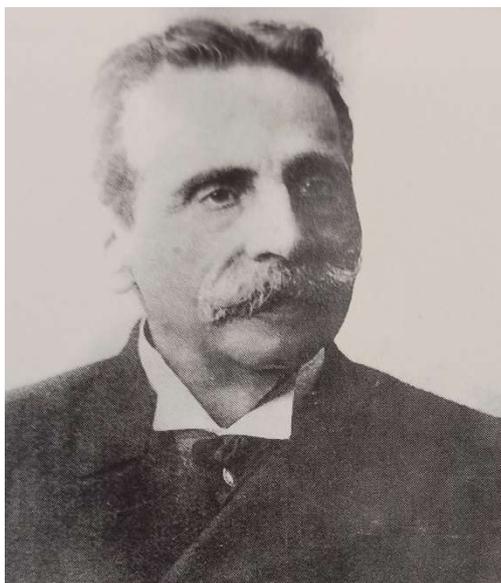


Fig. 8 - António Maria Oliveira Parreira, deixou no seu conto «Quadros da minha terra - Fidalgos e Frades» publicado na Revista Ilustrada, em 1892, alguns registos das perseguições efetuadas aos frades na Península de Setúbal.

¹⁸ A fuga de Frei António do Coração de Jesus para Azeitão foi descrita por António Maria Parreira nos contos “Quadros da Minha Terra – Fidalgos e Frades” publicado em 1892 na Revista Ilustrada. Este frade já fora alvo, em 1790, de um processo instituído pela Inquisição quando estava no Convento do Espírito Santo do Cartaxo. Segundo esse processo, este frade tinha comprovadamente celebrado uma missa junto de uma pequena ermida em Santarém e que coroara uma mulher na assistência como a Rainha de Portugal (depois de ter perguntado ao povo presente quem reinava abaixo de Deus) e a coroara com uma coroa de papel, enquanto gritava para a multidão presente que não comungasse de imediato, morriam. Na sequência desse processo, frei António do Coração de Jesus foi diagnosticado por um médico como “maníaco, não furioso, por ora, mas podendo vir a estar” (o diagnóstico veio anos mais tarde a comprovar-se como acertado...). Como pena foi determinado o seu cárcere no Convento do Cartaxo devido “à sua loucura e falta de juízo”. A extinção da Inquisição em 1820 terá levado a que o Frei Coração de Jesus tivesse saído da sua reclusão e vindo para o Barreiro.

¹⁹ António Maria de Oliveira Parreira, nasceu em São Simão em 22.08.1835 e faleceu na freguesia de São Lourenço (Vila Nogueira de Azeitão) em 18.04.1918. Foi professor primário em Azeitão e em 1901, professor de Liceu em Évora. Autor de diversos artigos e livros sobre Azeitão e a Arrábida.

O seu conto começava precisamente em Coima, e dela dizia que:

“A vila ainda não estava como hoje [1892] de todo morta, porque atualmente pouco mais se encontra ali do que umas tabernas à borda da estrada e uns miseráveis tugúrios onde se acoitam ciganos nas vésperas dos mercados de Azeitão. Então viam-se ainda as igrejas, mas caíndo já a pedaços, as casas em ruínas, na maior parte destelhadas e as ruas desertas. Como um dos caminhos de Lisboa vinha entestar ali, havia uma carreira regular de faluas, que transportavam à capital os visitantes do sul. Por consequência via-se ali a estalagem indispensável numa estação de passagem para a capital, num tempo em que os caminhos-de-ferro não tinham ainda posto de parte os cavalos e burros das arrearias. É, pois, nessa estalagem que vamos entrar num dos primeiros dias de junho de 1834.”

(...)

[O estalajadeiro Cotrim] entrou na sua habitação e dirigiu-se a um aposento interior, onde dois homens de rosto macilento, um de olhar temido, outro de aspeto severo, comiam uma magra sopa, olhando desconfiados para a porta, que o Cotrim teve o cuidado de fechar, dizendo em voz baixa aos seus comensais:

- “Más notícias, irmãos, más notícias. Está tudo acabado. El-rei entregou-se”.

Os indivíduos a quem ele se dirigia estavam embrulhados em pesados capotes de briche, apesar do rigor da estação, e em vão dissimulavam o aspeto fradesco.

- “Que diz, irmão?” - disseram ambos ao mesmo tempo, levantando-se como assombrados. “El-rei entregou-se? Está então perdida a santa causa do trono e do altar?”

- “Está, irmãos, está tudo perdido!”

- “Meu Deus!”, exclamaram os dois frades caíndo desalentados nas cadeiras.

- “É preciso cuidado, Fr. António, veja se busca um asilo mais seguro. Isto agora vai ser cada vez pior. Se o descobrem não sei o que lhe farão, e eu...”

- “Que poderão fazer-me? prender-me, como fizeram aos nossos irmãos de Arrábida e de Azeitão? Será o martírio e a bem-aventurança. Venha isso, e depressa.”

- “São os nossos pecados”, acrescentava quase choroso o outro frade.

- “Os nossos pecados e os desta geração incrédula e assassina. Oh! a vingança de Deus há de baixar sobre eles. Malditos! Eu bem sei que se não contentarão com meter-me no Aljube, como fizeram aos nossos irmãos de Azeitão, nem com o fazer de mim burro, montando sobre as minhas costas, e picando-me com esporas, como fizeram aos nossos irmãos da Arrábida. Comigo hão de ir mais longe, porque eu tive sempre na mão o látigo divino para os escorraçar, porque a minha palavra no púlpito, no altar, no confessionário foi sempre pronta a

fulminar-lhes as heresias, a chamar a vingança de Deus e dos homens sobre aquela vil canalha de cismáticos e jacobinos. Oh! Eles bem me conhecem!”

O Fr. António da Rita era implacável porque tinha por si o direito e a justiça: defendia o trono dos seus reis e a religião de seus pais. (...)

- “Não tenho medo”, continuou o frade, “esta pobre gente não me trairá. Oh! os nossos pecados. Tem razão, Fr. José, os pecados de nós todos. O veneno da imoralidade e da irreligião já penetrara nos claustros. Havia frades malhados, que horror! Os nossos conventos também abrigavam hidras. Veja os nossos irmãos gemendo nos cárceres, e aquele indigno Fr. João Mouzinho da Silveira do convento de S. Domingos de Azeitão, passeia talvez pelas ruas de Lisboa”. (...) Triste ele! Hipócrita! Ele era dos que semearam as sementes do mal entre nossos irmãos, falava-lhes em liberdade, em direitos do homem, em contrato social, todas as blasfémias, todas as heresias com que tem agravado a cólera do Altíssimo. Quantas vezes na minha terra sustentei questões com ele. Com as suas palavras mansas queria também seduzir-me, como ia seduzindo muitos dos nossos irmãos ainda os mais religiosos. Fr. Francisco Pinto é um verdadeiro crente, um homem de bem, mas em 1820 ia-se deixando levar por essas ideias de liberdade, que me iam também quase seduzindo enquanto não percebi que os promotores dessa revolução, por trás do seu ódio aos ingleses, pensavam em derramar as suas ideias maçónicas e em aluir a nossa santa crença. Oh! o irmão de Mouzinho da Silveira, do ministro afamado do *Brasileiro*, triste! hipocrisia, amigo, pura hipocrisia. Tinha talvez bebido de mais à saúde da princesa do Grão-Pará”. (...)

“Oh!” continuou Fr. António com exaltação, “aquele maldito jacobino, Mouzinho da Silveira, que tão bem recebido era no convento de S. Domingos, onde tinha o irmão, devia ser o primeiro que empenhou o alvião para demolir conventos. Teve um hábil sucessor no Mata-Frades! Hidras, que aquecemos no nosso seio e que nos vibram as mais fundas mordeduras”.

Frei António da Rita como era conhecido em Azeitão de onde era natural ou Fr. António do Coração de Jesus, como se intitulava na sua religião, fora guardião na Verderena, próximo ao Barreiro e andava foragido por motivo das suas opiniões exaltadas, que tinham dado origem a um processo pendente” (Fonte: António Parreira, 1892, “Quadros da minha terra - fidalgos e frades, quadro 2º - Coína”, in: Revista Ilustrada, n.º 51, pp. 102-103).

Os frades presos no Aljube, assim como frei António da Rita, acabaram por ser postos em liberdade passados poucos meses e a maioria passou a exercer as funções de prior nas inúmeras freguesias da região.

Por outro lado, iniciou-se a venda dos bens imóveis das Ordens Religiosas, processo conhecido como “Supressão” do Convento da Madre de Deus da Verderena²⁰. Este processo originou uma nova inquirição de testemunhas sobre a participação dos frades no apoio ao exército miguelista.



Fig. 9 – O Convento da Verderena em xilografia de mestre Manuel Cabanas. Fonte: Armando da Silva Pais, O Barreiro Antigo e Moderno, 1963.

Assim no dia 15 de março de 1834 (no dia seguinte à data de início do processo desencadeado aos frades presos no Aljube) foram inquiridas mais testemunhas, designadamente: Gabriel Luiz Pereira Bacelar, Prior de Santa Cruz da Vila do Barreiro, de quarenta anos; Pedro António do Nascimento, casado, de trinta e cinco anos, natural da Vila da Moita, proprietário; Manuel José Fiúza, casado, de trinta e quatro anos, tesoureiro da Igreja Matriz da Vila do Barreiro; e Pedro Maria da Costa²¹, Prior da Vila do Lavradio, de quarenta e cinco anos.

Perguntado a este último pela conduta Religiosa e Civil dos Religiosos, que existiam no dito Convento e sobre a utilidade “resultante aos Povos da conservação do mesmo Convento” disse:

“Que daquela Corporação tinham fugido para o partido do Usurpador, tendo ouvido da boca do Presidente do mesmo Convento, que dois dos Religiosos fugidos, o haviam ameaçado, exigindo dele Presidente dinheiro, para se poderem transportar, e unir aos Rebeldes quando vieram a Aldeia-Galega, que a respeito dos mais, ouve dizer não serem afetos ao Governo da Legitimidade,

²⁰ Ficou incumbido de iniciar o processo de supressão do Convento da Verderena, o Cónego Sebastião Casimiro de Vasconcelos, auxiliado pelo escrivão, o reverendo Rufino Soares Pereira.

²¹ O padre Pedro Maria da Costa, já “virara a casaca”. Natural do Barreiro, era o mesmo que já tinha estado no Convento da Verderena como noviço e mais tarde, fora o último guardião do Convento da Arrábida, com o nome de frei Pedro de Santa Escolástica. Apesar de estar neste grupo de testemunhas nas funções de pároco da freguesia onde o Convento se encontrava instalado, conhecia perfeitamente o Convento e os seus frades.

mas sim lhe consta, que o Presidente e também o Padre Carvalho eram panegiristas do atual Governo. Mas enquanto à conservação do Convento ele, testemunha, julga nenhuma utilidade resultar aos Povos, por isso que aquela Casa se acha isolada, e de entre os Religiosos só dois iam dizer Missa fora.”

Ficara encarregue do processo de extinção das Ordens Religiosas Joaquim António de Aguiar, que já então, passava os seus tempos de veraneio na sua quinta dos Casquilhos, na então freguesia do Lavradio, bem perto do Convento da Verderena.



Fig. 10 – O conselheiro Joaquim António de Aguiar, segundo desenho de Américo Marinho e xilogravura de Manuel Cabanas. Fonte: Aspectos e Figuras do Barreiro. Xilogravura de Manuel dos Santos Cabanas, s.d. Ed. CMB.

No relatório de Joaquim António de Aguiar, datado de 30 de maio de 1834, dirigido a D. Pedro onde justifica a extinção das Ordens Religiosas e Conventos, reflexo das ideias anticlericais e iluministas, correntes que então entravam no país, afirmava:

“Senhor: Está hoje extinto o prejuízo que durou séculos, de que a existência das Ordens Regulares é indispensável à Religião Católica e útil ao Estado, e a opinião dominante é que a Religião nada lucra com elas, e que a sua conservação não é compatível com a civilização e luzes do século, e com a organização política que convém aos povos” (DGLAB-TT, MNEJ, NE, Liv.78 – Negócios Eclesiásticos, fls.15vs-20).

Mais à frente, no mesmo relatório, destacava a diminuição da autoridade paroquial, absorvida pelas Ordens, a influência acrescida sobre o povo; o facto de “as Casas Religiosas (...) [terem sido] convertidas em assembleias revolucionarias; os Púlpitos em tribunais de calúnias facciosas, e sanguinolentas; e o Confessionário em oráculos de fanatismo, e de traição.”; uma parte do Clero Regular, tinha trocado “a Milícia de Deus pela milícia secular, abandonando efetivamente o Santuário, (...), despojando o culto de suas opulências, para as converter em meios, e estímulos de guerra, distribuindo com uma mão as relíquias dos Santos, e com a outra as armas fratricidas, alterando as

verdades do Evangelho (...); para além destes aspetos, as Ordens Religiosas “não contribuíam para o aumento da população e monopolizavam as propriedades” (DGLAB-TT, fonte citada).

Epílogo

Logo no ano de 1834, todos os bens percíveis guardados no Convento foram vendidos em hasta pública, desde o azeite ao vinho, incluindo os 499 livros da sua biblioteca.

O processo de avaliação do antigo Convento continuou até 23 de março de 1836, quando o espaço foi avaliado em 965\$000 réis. Foi finalmente vendido em junho de 1842 por Joaquim José de Araújo em nome da mulher, Dona Henriqueta Leonor de Araújo que «mascarou» e emparedou muitos dos elementos do formulário decorativo religioso de forma a secularizar o antigo edifício monástico e o convento, adaptando-o a palacete, de modo a corresponder às suas novas funções: residência de veraneio²²(Fonte: Diário do Governo, n.º 134, de 09.06.1842).



Fig. 11 – Da esquerda para a direita, Maria Henriqueta de Meuron Araújo e a sua irmã mais velha, Maria Meuron de Araújo, com uma amiga da família Marinho, em frente da atual porta de entrada do Convento. Fonte: DGLAB-Torre do Tombo, Fundo Jorge de Almeida Lima [c.1880]

²² A partir desta data a propriedade passou a ficar inscrita na Conservatória do Seixal com o n.º 2185, na folha 136 do Livro B 6º.

Dona Henriqueta foi fundadora do Asilo de Infância Desvalida de D. Pedro V, no Barreiro, em 1855, instituição de proteção à infância que ainda hoje existe. Faleceu na *Quinta do Convento* (como se chamava agora a propriedade) no ano de 1882. Passou a viver na quinta o seu filho e foi dele que nos chegaram algumas das imagens do convívio que tinha com os amigos do Barreiro, como os Marinho ou de Lisboa, como os Rebelo de Andrade que por casamento, passaram a viver na Quinta. De facto, através do casamento em 1893 de Maria Meuron de Araújo (1870-1948), filha mais velha do Conselheiro Augusto Gomes de Araújo e de Maria Francisca de Meuron²³, com Rui Rebelo de Andrade²⁴, a Quinta do Convento ganhou uma nova vida, com nascimento de alguns dos seus filhos, como Manuel José de Araújo Rebelo de Andrade, em 1902 (falecido em 1975) ou Francisco José de Araújo Rebelo de Andrade, nascido em 1906.



Fig. 12 – Augusto Gomes de Araújo (segundo a contar da esquerda) com o genro Rui Rebelo de Andrade (segundo a contar da direita) na Quinta do Convento, no final do século XIX. Fonte: família Rebelo de Andrade.

Com o falecimento do Conselheiro Gomes de Araújo (1906) e da partilha dos bens entre as duas filhas e respetivos maridos²⁵ (1916), o antigo Convento da Verderena ou Quinta do Convento, foram vendidos ao industrial de cordoaria barreirense Guilherme Nicola

²³ A sua outra filha, Maria Henriqueta de Meuron Araújo (1873-1934) casou com António Nunes Perestrelo de Vasconcelos e era proprietária de terrenos no Barreiro herdados do seu pai, como a Quinta Grande e a sua marinha de sal (Cartório Notarial do Barreiro, Lv. 51, fls. 14 – 1923).

²⁴ Rui Rebelo de Andrade (1862-1938), filho de António José Rebelo de Andrade e de Maria Carolina Leite da Costa Freire. A família Rebelo de Andrade tem profundas ligações ao concelho de Oeiras, onde construiu, no século XVIII, o Palácio do Egipto - hoje Centro Cultural e propriedade da Câmara Municipal de Oeiras.

²⁵ Fonte: 1º Cartório Notarial de Lisboa, livro 876, fls. 1-3v de 27.12.1916.

Covacich²⁶, em escritura datada de 22 de março de 1922²⁷. Na altura, a propriedade ainda era constituída por “casas para habitação de lojas e 1º andar, capela e cocheira em ruínas, abegoaria, palheiro, dois poços, horta, árvores de fruto, terras de sementeira, oliveiras, vinha e pinhal”²⁸

Os novos proprietários poucas alterações fizeram na propriedade, além da instalação de um moinho hidráulico de vento, como bomba para o poço na nora. Um dos primeiros atos que realizam na sua nova Quinta foi realizar o casamento do seu filho mais velho, Jacinto, com a filha de José Francisco de Alegria Morato, vereador e presidente da edilidade barreirense. A cerimónia realizou-se na capela do Senhor dos Passos que se “encontrava artisticamente ornamentada” (fonte: jornal “Eco do Barreiro”, de 15.5.1925).

Foi já depois do nascimento do primeiro filho de Jacinto que, este com o pai a descer a encosta Poente da Cerca do antigo convento no filme de Artur Macedo “O Barreiro”.

A Quinta do Convento passou a ser a residência de veraneio desta família (e não habitação permanente) o que não terá contribuído para a sua conservação. Para mais, problemas financeiros na fábrica de cordas no final dos anos 60 do século XX levaram a que parte do património da família Covacich fosse vendido²⁹.

Em resultado do rápido desenvolvimento populacional do Barreiro no século XX, a Quinta do Convento, outrora afastada das áreas urbanas, conheceu a partir da década de 1960 uma maior pressão e à semelhança de outras quintas, que desapareciam para dar lugar a novas urbanizações (como a Quinta das Canas ou dos Arcos), a Quinta do Convento não foi exceção.

Já nas mãos de novos proprietários e como contrapartida para a autorização do loteamento da Quinta (condição sexta, do respetivo alvará) os dois proprietários dos terrenos efetuaram uma escritura de doação do Convento à edilidade, no dia 21 de novembro de 1969. Apesar de na escritura serem referidos como os proprietários dos terrenos Manuel Monteiro Crespo e sua esposa Maria João Correia Duarte; e Victor Manuel Correia Duarte e sua esposa Diana Maria da Silva Felizardo Correia Duarte, era de facto o construtor civil, José Maria Duarte Júnior que estava por detrás deste acordo de forma que a urbanização dos terrenos circundantes ao Convento avançasse, o que de facto sucedeu, apenas alguns meses depois.

²⁶ Neto de Nicola Covacich, industrial de cordoaria dalmata, natural de Ragusa. Nicola Covacich surge pela primeira vez na margem sul ao arrendar a quinta de S. Vicente, em Coima aos herdeiros de Joaquim Pina Manique, por escritura de 30 de dezembro de 1826 [ADL, CNL, Cx. 12-A, Lv. 624]. Estava ligado através do casamento da sua filha Emília, a José Lamas que, segundo o Dicionário Histórico de Portugal de 1885 nos diz que era filho de António Lamas, industrial de correias e cordas e de D. Maria d'Arrabida Lamas. Em 1834, Nicola Covacich construiu na “Lezíria” uma fábrica de cordas, em terrenos onde mais tarde, irá nascer a Companhia União Fabril (Fonte: Diário de Lisboa, de 13.4.1972).

²⁷ Fonte: 1º cartório Notarial de Lisboa, Lv. 962, fls. 5v-7v, de 22.3.1922

²⁸ Fonte: 1º cartório Notarial de Lisboa, Lv. 962, fls. 5v-7v, de 22.3.1922

²⁹ A fábrica de cordas no Barreiro, com 134 anos de existência, fechou abruptamente em 2 de junho de 1971, deixando no desemprego 267 empregados.

Bibliografia:

Alves, Horácio. 1939. A Vila do Barreiro - ensaio para servir de subsídio à sua história. Editado por Tipografia Comercial. Ed. autor. Barreiro.

Araújo, Augusto Gomes. 1865. «Duas palavras sobre o estado agrícola do Concelho do Barreiro no ano de 1865 (manuscrito)». Lisboa: Universidade de Agronomia de Lisboa.

Cardoso, Luís. 1751. Dicionário geográfico, ou noticia histórica de todas as cidades, vilas, lugares, e aldeias, rios, ribeiras, e serras dos Reinos de Portugal, e Algarve, com todas as coisas raras, que neles se encontram, assim antigas, como modernas. Editado por Regia Officina Sylviana. Lisboa.

Carmona, Rosalina. 2005. Do Barreiro ao Alto do Seixalinho. Um passado rural e operário. Editado por Junta de freguesia do Alto do Seixalinho. 1a ed. Barreiro.

Firmino, João Batista. 2008. O crime dos velhos da camarra. Porto: Papiro Editora.

Henriques, Luís e Rosa, Maria de Lurdes, 2016. "O Arquivo da Casa da Lapa (1804-1832) e os seus inventários: gestão dos bens e memória dos antepassados", in: Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra, XXIX, pp. 89-132

Matoso, José. 1998. História de Portugal: O Liberalismo. Editado por Editorial Estampa. V volume. Lisboa.

Pais, Armando da Silva. 1963. O Barreiro Antigo e Moderno: as outras terras do concelho. Editado por Câmara Municipal do Barreiro. CMB.

Parreira, António Oliveira. 1892. "Quadros da minha terra - fidalgos e frades", in: Revista Ilustrada, Lisboa, n.º 50-60, pp. 95-237.

Pimenta, José Augusto. 1886. Memória Histórica e Descritiva da Villa do Barreiro. Lisboa: Typ. do Diccionario Universal Portuguez.

Kant, Emmanuel. 1784. Ensaio "O que é o Iluminismo?" Berlinische Monatschrift, Décima segunda peça. Dezembro; pp. 481-494.